


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1016856-51.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Eduarda Apolinário Moraes**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Eduarda Apolinário Moraes, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 25 de abril de 2015 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 11.137,50.

A ré contestou o pedido alegando carência de ação por ausência de laudo do IML, e no mérito quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não falta documento essencial à propositura da ação: "*Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de Cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada*" (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 – 25ª Câmara de Direito Privado TJSP – 13/06/2012¹).

Quanto ao pagamento administrativo, cumpre destacar que "*existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o "quantum" recebido*" (cf. Ap. n. 680.591-2 – 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 "B" do 1º TACSP¹).

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho da autora, permanente, da ordem de 25% e é claro ao apontar a sequela: "*lesão de pele com enxerto em regular estado na face artero-lateral postural da perna esquerda com dor*" (fls. 135).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa do autor, para o trabalho, o laudo apontou 25% de lesão, que por analogia à tabela do DPVAT deve ser pago no percentual de 70% referente à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros

¹ JTACSP - Volume 161 - Página 212.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

superiores, que corresponde a uma indenização correspondente a 17,5% (70% de 25%).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: *"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"*.

No presente caso, portanto, a indenização que seria devida em favor da autora era de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente ao percentual de 17,5% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00. Ocorre que a autora já recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.632,50, ou seja, valor correspondente ao dano constatado no laudo pericial realizado, ou seja, havendo quitação das verbas devidas em favor do autor.

A autora sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 05 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA